



Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

JAIME DE
BRITTO 23
/10/2025
NACT TRT9

Vetor nº 284522 - Comitê Orçamentário e de Finanças de Segundo Grau
(COFSG)

**Ata/Pauta - 17.10.2025 - 2ª Reunião ordinária do Comitê Orçamentário e de
Finanças de Segundo Grau - 2025 (ID 13932396)**

Agendamento (ID 13932397)

Data: 17/10/2025

Horário: 10:30

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau

Membros Específicos

Presidente Célio Horst Waldruff

Juíza Graziella Carola Orgis

Juíza Lara Cristina Vanni Romano

Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha

Juiz Valdir Barbieri Junior

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e
Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi - Diretor da Diretoria de Governança, Estratégia e
Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Sandro Augusto Haisi – Secretário da Corregedoria Regional

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatraIX)

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra)



Documento "Ata/Pauta - 17.10.2025 - 2ª Reunião ordinária do Comitê Orçamentário e de Finanças de Segundo Grau -
2025", no sistema Vetor, processo "Comitê Orçamentário e de Finanças de Segundo Grau (COFSG) (Nº 284522)". Para
verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2025.CMADU.ZKNLW no endereço eletrônico: [https://www.trt9.jus.
br/vetor/des-assinado](https://www.trt9.jus.br/vetor/des-assinado)

Membros da Comissão de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição

Desembargador Eliázer Antonio Medeiros

Juíza Camila Campos De Almeida

Juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo

Juíza Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Juíza Vanessa Maria Assis De Rezende

Juiz Paulo José Oliveira De Nadai

Adriana Carneiro De Almeida

Adriana Medeiros

Ana Marcia Nogueira

Bianca Merino Fernandes

Jaime de Britto

José Marcos Baddini

Luiz Henrique Tacconi - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Tatiane Krieger Dos Santos Rangon

Yonara Yoko Pozollo - Secretária-Geral Judiciária (SGJ)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatralX)

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra)

Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau

Presidente Célio Horst Waldruff

Desembargador Luiz Eduardo Gunther

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos



Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi Diretor - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar furtado - Diretor-Geral (DG)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região - AmatraIX

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná - Sinjutra



Magistrados e Servidores Convidados

Desembargador Arion Mazurkevic, Juízas Auxiliares da Presidência, Angélica Cândido Nogara Slomp e Simone Galan de Figueiredo

Servidoras Ana Cristina Navarro Lins, Roberta de Biasio Pires e Danielle Correa Polak Sigwalt

Servidores da Diretoria-Geral (DG)

Gestores e/ou Representantes das Unidades Gestoras do Orçamento (UGOS)

Local da reunião: Telepresencial

Participantes:

Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau

Membros Específicos

Juíza Graziella Carola Orgis

Juíza Lara Cristina Vanni Romano

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi – Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)



Sandro Augusto Haisi – Secretário da Corregedoria Regional

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)



Membros da Comissão de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição

Juíza Camila Campos De Almeida

Juíza Sandra Cembraneli Correia

Juiz Paulo José de Oliveira Nadai

Adriana Carneiro De Almeida

Adriana Medeiros

Ana Marcia Nogueira

Jaime de Britto

Yonara Yoko Pozollo - Secretária-Geral Judiciária (SGJ)

Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau (COFSG)

Presidente Célio Horst Waldruff

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi Diretor - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Ausência Justificada: Desembargador Luiz Eduardo Gunther

Entidades de Classe Magistrados e Servidores:

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatralX) – Juiz [Daniel Roberto de Oliveira](#)



Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra) – Servidora Elizângela Gomes Barbosa



Magistrados e servidores

Desembargador Arion Mazurkevic

Juíza Angélica Cândido Nogara Slomp

Servidora Ana Cristina Navarro Lins

Servidora Danielle Correa Polak Sigwalt

Servidores da Diretoria-Geral (DG) e Gestores/Representantes das Unidades Gestoras do Orçamento (UGOs)

Apresentação: Ana Paula Siqueira Firmino, Chefe do Núcleo de Governança Orçamentária (NGO)

Participação: Adevilson Fernandes de São José, Adriana Medeiros, Alexandre Tetsuo Yamauchi, Bianca Merino Fernandes, Celio Valentim Stoco, Cintia Mara Adam Mineto, Eduardo Luiz Biscouto, Elizabeth Paulina Franco Gealh, Elizângela Gomes Barbosa, Flávio Cesar Marangão, Haroldo Rebello Junior, Jeferson Elias Barth, João Gabriel Teodoro Guimarães, Ligia Cassemiro, Luciana Tsukamoto Mendes Itano, Luiz Fernando Klahold, Marcia Aparecida Lutz, Marcio dos Santos Hidalgo, Maria Alice da Silveira Mello, Maria Helena Franco Martins Alves, Raquel De Almeida Maltaca, Regina Conceição Ciscato De Lima, Ricardo Erbano, Rivelino Conciani, Rosemeire De Souza Pereira Bortolotto, Rossana Santos Carvalho, Silvio Cesar Nunes, Thays Delmiro Vieira, Vilmar José Siqueira e Yonara Yoko Pozzolo.

Link da reunião gravada: https://drive.google.com/file/d/1TQg2x7oLQskJxj_yj4MUGd4cqGiS-iQF/view?usp=sharing

Certidão de publicação: Certifico que a Ata da 1ª Reunião Ordinária Conjunta de 2025 dos Comitês Orçamentários e de Finanças de 1º e 2º Grau foi publicada na página do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, e se encontra em anexo.

Ata assinada: [Download: Ata da 2ª Reunião ordinária conjunta dos Comitês Orçamentários e de Finanças de Primeiro e de Segundo Grau - 2025.pdf](#)





Poder Judiciário Federal
Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região

CÉLIO HORST
WALDRAFF
22/10/2025
TRT9

Vetor nº 284516 - Comitê Orçamentário e de Finanças de Primeiro Grau (COFPG)

Ata/Pauta - 17.10.2025 - 2ª Reunião ordinária do Comitê Orçamentário e de Finanças de Primeiro e de Segundo Grau - 2025 (ID 13932347)

Agendamento (ID 13932348)

Data: 17/10/2025

Horário: 10:30

Reunião Extraordinária: Não

Convidados:

Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau

Membros Específicos

Presidente Célio Horst Waldraff

Juíza Graziella Carola Orgis

Juíza Lara Cristina Vanni Romano

Juíza Valéria Rodrigues Franco da Rocha

Juiz Valdir Barbieri Junior

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi - Diretor da Diretoria da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Sandro Augusto Haisi – Secretário da Corregedoria Regional

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatraIX)

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra)

Membros da Comissão de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição

Desembargador Eliázer Antonio Medeiros

Juíza Camila Campos De Almeida

Juíza Cláudia Mara Pereira Gioppo

Juíza Sandra Cristina Zanoni Cembraneli Correia

Juíza Vanessa Maria Assis De Rezende

Juiz Paulo José Oliveira De Nadai

Adriana Carneiro De Almeida

Adriana Medeiros

Ana Marcia Nogueira

Bianca Merino Fernandes

Jaime de Britto

José Marcos Baddini

Luiz Henrique Tacconi - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Tatiane Krieger Dos Santos Rangon

Yonara Yoko Pozollo - Secretária-Geral Judiciária (SGJ)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatraIX)

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra)

Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau

Presidente Célio Horst Waldraff

Desembargador Luiz Eduardo Gunther

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi Diretor - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar furtado - Diretor-Geral (DG)

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região - AmatraIX

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná - Sinjutra

Magistrados e Servidores Convidados

Desembargador Arion Mazurkevic, Juízas Auxiliares da Presidência, Angélica Cândido Nogara Slomp e Simone Galan de Figueiredo

Servidoras Ana Cristina Navarro Lins, Roberta de Biasio Pires e Danielle Correa Polak Sigwalt

Servidores da Diretoria-Geral (DG)

Gestores e/ou Representantes das Unidades Gestoras do Orçamento (UGOS)

Local da reunião: Telepresencial

Participantes:

Comitê Orçamentário e de Finanças de 1º Grau

Membros Específicos

Juíza Graziella Carola Orgis

Juíza Lara Cristina Vanni Romano

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi – Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Augusto Haisi – Secretário da Corregedoria Regional

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Membros da Comissão de Atenção Prioritária do Primeiro Grau de Jurisdição

Juíza Camila Campos De Almeida

Juíza Sandra Cembraneli Correia

Juiz Paulo José de Oliveira Nadai

Adriana Carneiro De Almeida

Adriana Medeiros

Ana Marcia Nogueira

Jaime de Britto

Yonara Yoko Pozollo - Secretária-Geral Judiciária (SGJ)

Comitê Orçamentário e de Finanças de 2º Grau (COFSG)



Presidente Célio Horst Waldruff

Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos

Eduardo Silveira Rocha - Secretário-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)

Luiz Henrique Tacconi Diretor - Diretor da Secretaria de Governança, Estratégia e Estatística (SGE)

Maria Rosicler Cretella - Secretária-Geral da Presidência (SGP)

Sandro Alencar Furtado - Diretor-Geral (DG)

Ausência Justificada: Desembargador Luiz Eduardo Gunther



Entidades de Classe Magistrados e Servidores:

Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 9ª Região (AmatraIX) – Juiz [Daniel Roberto de Oliveira](#)

Sindicato dos Servidores da Justiça do Trabalho do Paraná (Sinjutra) – Servidora Elizângela Gomes Barbosa

Magistrados e servidores

Desembargador Arion Mazurkevic

Juíza Angélica Cândido Nogara Slomp

Servidora Ana Cristina Navarro Lins

Servidora Danielle Correa Polak Sigwalt

Servidores da Diretoria-Geral (DG) e Gestores/Representantes das Unidades Gestoras do Orçamento (UGOs)

Apresentação: Ana Paula Siqueira Firmino, Chefe do Núcleo de Governança Orçamentária (NGO)

Participação: Adevilson Fernandes de São José, Adriana Medeiros, Alexandre Tetsuo Yamauchi, Bianca Merino Fernandes, Celio Valentim Stoco, Cintia Mara Adam Mineto, Eduardo Luiz Biscouto, Elizabeth Paulina Franco Gealh, Elizângela Gomes Barbosa, Flávio Cesar Marangão, Haroldo Rebello Junior, Jeferson Elias Barth, João Gabriel Teodoro Guimarães, Ligia Cassemiro, Luciana Tsukamoto Mendes Itano, Luiz Fernando Klahold, Marcia Aparecida Lutz, Marcio dos Santos Hidalgo, Maria Alice da Silveira Mello, Maria Helena Franco Martins Alves, Raquel De Almeida Maltaca, Regina Conceição Ciscato De Lima, Ricardo Erbano, Rivelino Conciani, Rosemeire De Souza Pereira Bortolotto, Rossana Santos Carvalho, Silvio Cesar Nunes, Thays Delmiro Vieira, Vilmar José Siqueira e Yonara Yoko Pozzolo.

Link da reunião gravada:

https://drive.google.com/file/d/1TQg2x7oLQskJxj_yj4MUGd4cqGiS-iQF/view?usp=sharing



Itens da reunião (ID 13932356)

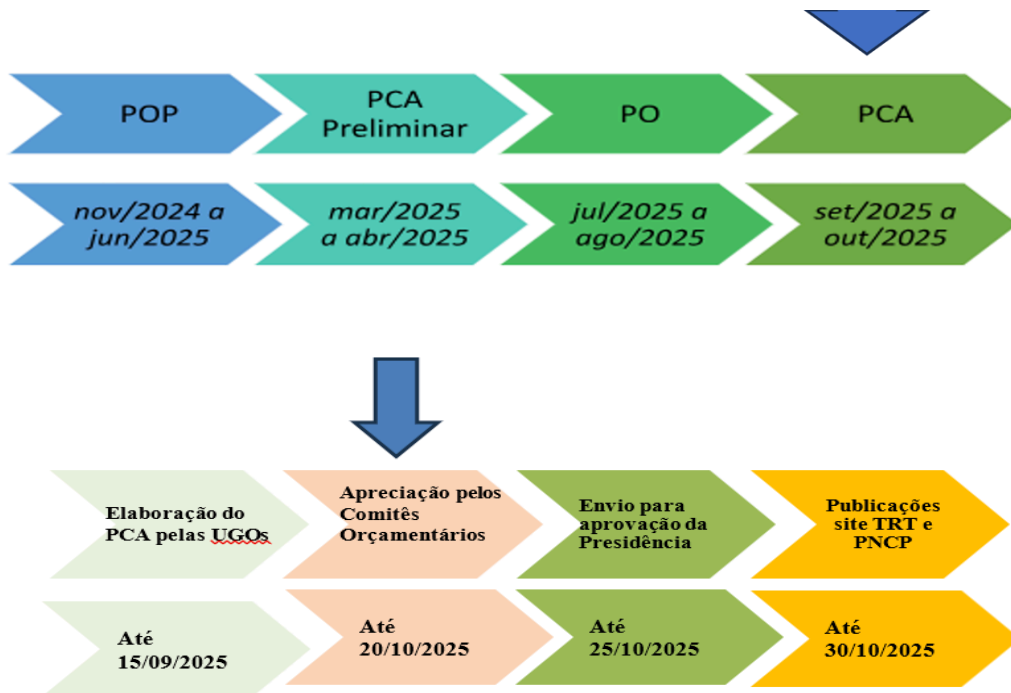
ITEM 1 - Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 (ID 13932357)

Nome do item: Plano de Contratações Anual (PCA) 2026

Descrição:

Após a abertura pelo Excelentíssimo Presidente, Célio Horst Waldruff, a servidora Ana Paula Siqueira Firmino, do Núcleo de Governança Orçamentária (NGO) da Diretoria-Geral (DG), passou a apresentar o Plano de Contratações Anual (PCA) 2026.

Informou aos membros dos Comitês sobre o processo de planejamento e os estágios percorridos dentro do processo orçamentário, iniciado em novembro de 2024 com a elaboração da Proposta Orçamentária Prévia (POP) 2026, passando pelo atual momento de apreciação pelos colegiados orçamentários e a conclusão do processo que ocorrerá com a publicação do PCA 2026 até 30/10/2025.



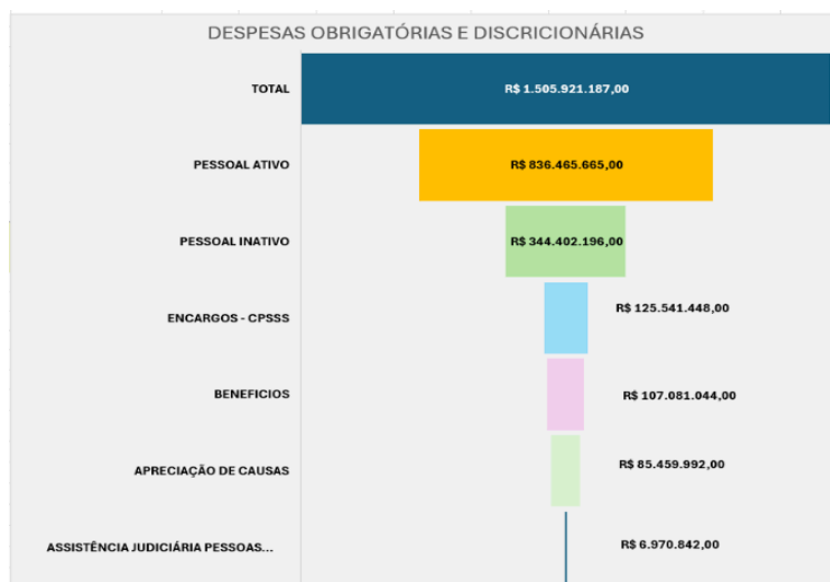
Esclareceu que o Plano de Contratações é elaborado em atendimento a leis e normas, exemplificando com a Resolução CSJT 364/2023, que Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus e a Política TRT-PR Nº 52/2021, que Institui a Política de Planejamento Orçamentário no âmbito do TRT da 9ª Região.

Acrescentou que o Plano de Contratações inclui todas as contratações que serão realizadas no exercício subsequente, incluindo as prorrogações contratuais e que o PCA 2026 possui 357 itens os quais se referem às despesas discricionárias.

Na sequência, passou a apresentar os valores orçamentários previstos para o ano de 2026, iniciando pelo orçamento total de R\$ 1.505.921.187,00, dividido em despesas obrigatórias (R\$ 1.413.490.353,00) e despesas discricionárias (R\$ 92.430.834,00).



Destacou a divisão das despesas informando que as obrigatórias são aquelas que devem ser cumpridas por força de lei e sua aplicação destina-se a remuneração de pessoal ativo (R\$ 836.465.665,00), pessoal inativo (344.402.196,00), encargos CPSS (R\$ 125.541.448,00), benefícios (R\$ 107.081.044,00), e que as discricionárias são aquelas que a Administração pode escolher de acordo com as prioridades, decisões técnicas e políticas. As despesas discricionárias são divididas em apreciação de causas (R\$ 85.459.992,00) e Assistência Judiciária Pessoas Carentes (R\$ 6.970.842,00).



Registrou que o Plano de Contratações Anual (PCA) trata do planejamento das despesas discricionárias que, para 2026, totalizam R\$ 92.430.834,00, sendo que, inicialmente, nos termos do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 33/2025, de 25 de julho de 2025, havia sido mantida a mesma dotação inicial de 2025.

Posteriormente, por meio do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 41/2025, de 15 de setembro de 2025, o Conselho informou que "houve ampliação dos valores consignados para as ações de manutenção das atividades da Justiça do Trabalho para o exercício financeiro de 2026."



A ampliação orçamentária totalizou R\$ 12.763.416,00, para atividades e assistência judiciária a pessoas carentes. Considerando o momento em que o a ampliação orçamentária foi realizada, fase em que as Unidades Gestoras já haviam elaborado seus Planos de Contratação o valor foi mantido como reserva orçamentária e a parcela destinada a Assistência Judiciária foi alocada no respectivo item.

Apesar do acréscimo orçamentário, destacou que o valor não será suficiente para fazer frente aos pedidos de aporte formulados pelas Unidades Gestoras do Orçamento (UGOs), os quais somam R\$ 29.457.426,52. Esclareceu que os pedidos de aporte foram sobrestados para reavaliação oportuna após a aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2026.

Sobre a distribuição do orçamento discricionário, que totaliza R\$ 92.430.834,00, informou que R\$ 73.853.823,00 são destinados a despesas de custeio, R\$ 17.449.027,00 a reservas orçamentárias para aportes e demandas emergenciais não previstas em 2026 e R\$ 1.127.984,00 para despesas com investimentos.

A seguir, elencou as principais despesas recorrentes, as quais totalizam R\$ 43.798.940,00 e representando aproximadamente 55% do limite total e são distribuídas conforme quadro a seguir:

Unidade Gestora	Descrição	Valor Total
Secretaria de Licitações e Contratos (SLC)	Limpeza e Conservação (estado todo)	R\$ 8.699.737,00
Secretaria-Geral Judiciária (SGJ)	Assistência Jurídica Pessoas Carentes (AJPC)	R\$ 6.918.825,00
Secretaria de Licitações e Contratos (SLC)	Vigilância Ostensiva - TRT-PR (estado todo)	R\$ 6.673.166,00
Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)	Solução de Service Desk - Central de Serviços de TIC - Serviços Terceirizados	R\$ 4.109.475,00
Secretaria de Gestão de Pessoas (Segespe)	Bolsa Estágio	R\$ 4.086.357,00
Secretaria de Contabilidade Orçamento e Finanças (Secof)	Indenização Oficiais de Justiça	R\$ 3.599.001,00
Secretaria-Geral Judiciária (SGJ)	Correios - Prestação de Serviços Postais	R\$ 2.941.655,00
Secretaria de Contabilidade Orçamento e Finanças (Secof)	Diárias - Servidores e Magistrados	R\$ 2.568.089,00
Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)	Solução de Colaboração em Nuvem (CIV-SSC)	R\$ 1.576.755,00
Secretaria Administrativa (SA)	Energia Elétrica - Copel	R\$ 1.558.924,00
Secretaria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações (SGTIC)	Suporte Banco de Dados Oracle	R\$ 1.066.956,00
TOTAL		R\$ 43.798.940,00

Apresentou, também, as despesas extraordinárias para 2026, representadas por atividades de manutenção predial, pinturas, aquisição de novas usinas fotovoltaicas e de mobiliário.

Unidade Gestora	Descrição	Valor Total
Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA)	Manutenção Predial Corretiva	R\$ 1.916.313,00
Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA)	Plano de Pinturas Periódicas	R\$ 1.076.609,00
Secretaria de Engenharia e Arquitetura (SEA)	Instalação de Usinas Fotovoltaicas nas Unidades de Araucária, Irati e Umuarama	R\$ 250.000,00
Secretaria Administrativa (SA)	Mobiliário de Madeira	R\$ 200.000,00
Secretaria Administrativa (SA)	Mobiliário Estofado	R\$ 150.000,00

Em prosseguimento, forneceu o detalhamento das despesas dos contratos de manutenção predial e de pinturas, as quais tiveram origem na revisão do Plano Plurianual de Obras, recentemente aprovado pela Resolução Administrativa nº 63/2025 do Tribunal Pleno.

Para manutenção predial, estão previstos gastos de R\$ 1.916.313,00, distribuídos nas Setoriais: Curitiba (R\$ 944.362,00), Londrina (R\$ 443.082,00), Cascavel (R\$ 214.137,00) Maringá (R\$ 208.743,00) e Ponta Grossa (R\$ 105.989,00), que atenderão as Unidades Judiciárias e/ou administrativas a seguir:

Setorial Curitiba - TOTAL R\$ 944.362,00	
FÓRUM TRABALHISTA DE CURITIBA	R\$ 186.403,49
CURITIBA - EDIFICIO RIO BRANCO	R\$ 184.564,04
CURITIBA - VICENTE MACHADO 147	R\$ 158.600,00
CURITIBA - CAJURU	R\$ 142.000,00
FÓRUM TRABALHISTA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	R\$ 108.500,00
VARA DO TRABALHO DE PINHAIS	R\$ 42.400,00
FÓRUM TRABALHISTA DE PARANAGUÁ	R\$ 40.600,00
VARA DO TRABALHO DE CAMPO LARGO	R\$ 37.900,00
FÓRUM TRABALHISTA DE ARAUCÁRIA	R\$ 30.200,00
FÓRUM TRABALHISTA DE COLOMBO	R\$ 13.194,47

Setorial Londrina - TOTAL R\$ 443.082,00	
VARA DO TRABALHO DE ARAPONGAS	R\$ 78.734,50
FÓRUM TRABALHISTA DE LONDRINA	R\$ 78.228,51
FÓRUM TRABALHISTA DE APUCARANA	R\$ 57.854,92
VARA DO TRABALHO DE CAMBÉ	R\$ 33.415,95
VARA DO TRABALHO DE PORECATU	R\$ 29.781,97
VARA DO TRABALHO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA-	R\$ 27.047,43
VARA DO TRABALHO DE BANDEIRANTES	R\$ 26.200,89
FÓRUM TRABALHISTA DE CORNÉLIO PROCÓPIO	R\$ 25.768,70
VARA DO TRABALHO DE JACAREZINHO-	R\$ 24.036,02
VARA DO TRABALHO DE WENCESLAU BRAZ	R\$ 22.584,76
VARA DO TRABALHO DE ROLÂNDIA	R\$ 18.193,26
VARA DO TRABALHO DE JAGUARIAÍVA	R\$ 16.601,97
POSTO DE ATENDIMENTO DE IBAITI	R\$ 4.633,15

Setorial Cascavel - TOTAL R\$ 214.137,00	
FÓRUM TRABALHISTA DE FOZ DO IGUAÇU	R\$ 45.000,00
FÓRUM TRABALHISTA DE CASCAVEL	R\$ 39.089,66
FÓRUM TRABALHISTA DE TOLEDO	R\$ 37.000,00
VARA DO TRABALHO DE DOIS VIZINHOS	R\$ 14.100,00
VARA DO TRABALHO DE PALMAS	R\$ 13.900,00
FÓRUM TRABALHISTA DE PATO BRANCO	R\$ 13.700,00
FÓRUM TRABALHISTA DE FRANCISCO BELTRÃO	R\$ 12.500,00
VARA DO TRABALHO DE ASSIS CHATEAUBRIAND	R\$ 12.400,00
VARA DO TRABALHO DE LARANJEIRAS DO SUL	R\$ 8.100,00
VARA DO TRABALHO DE MARECHAL CÂNDIDO	R\$ 8.000,00
POSTO DE ATENDIMENTO DE MEDIANEIRA	R\$ 5.500,00
POSTO DE ATENDIMENTO DE PALOTINA	R\$ 4.847,34

Setorial Maringá - TOTAL R\$ 208.743,00	
FÓRUM TRABALHISTA DE MARINGÁ	R\$ 68.476,60
VARA DO TRABALHO DE NOVA ESPERANÇA	R\$ 43.140,41
VARA DO TRABALHO DE CIANORTE	R\$ 36.005,02
VARA DO TRABALHO DE PARANAVAI	R\$ 17.425,63
VARA DO TRABALHO DE IVAIPORÃ	R\$ 12.875,65
FÓRUM TRABALHISTA DE UMUARAMA	R\$ 11.067,18
VARA DO TRABALHO DE CAMPO MOURÃO	R\$ 10.070,26
POSTO DE ATENDIMENTO DE PITANGA	R\$ 5.227,87
POSTO DE ATENDIMENTO DE LOANDA	R\$ 4.453,94

Setorial Ponta Grossa - TOTAL R\$ 105.989,00	
FÓRUM TRABALHISTA DE PONTA GROSSA	R\$ 61.847,21
FÓRUM TRABALHISTA DE GUARAPUAVA	R\$ 11.032,00
VARA DO TRABALHO DE UNIÃO DA VITÓRIA	R\$ 8.935,00
VARA DO TRABALHO DE IRATI	R\$ 8.328,00
VARA DO TRABALHO DE TELEMACHO BORBA	R\$ 7.053,00
VARA DO TRABALHO DE CASTRO	R\$ 6.668,79
POSTO DE ATENDIMENTO DE SÃO MATEUS DO SUL	R\$ 2.125,00

Prosseguiu informando os recursos previstos para o Plano de Pinturas Periódicas, com recursos no valor de R\$ 1.076.609,00, distribuídos para as regiões de Curitiba (R\$ 392.001,00), Londrina (R\$ 266.826,00), Maringá (R\$ 213.461,00) e Cascavel (R\$ 204.321,00), para as seguintes Unidades:

Plano de pinturas periódicas - Lote Curitiba	FT de Ponta Grossa – R\$149.001,00 Imóvel do Cajuru – R\$243.000,00	R\$ 392.001,00
Plano de pinturas periódicas - Lote Londrina	Ibaiti – R\$ 41.050,18 Bandeirantes – R\$ 56.444,00 Porecatu – R\$ 56.444,00 Santo Antônio da Platina – R\$ 56.444,00 Cambê – R\$ 52.318,86	R\$ 266.826,00
Plano de pinturas periódicas - Lote Maringá	Pitanga – R\$ 43.786,86 Loanda – R\$ 54.733,58 Ivaiporã – R\$ 60.206,93 FT de Maringá – área externa - R\$54.733,58	R\$ 213.461,00
Plano de pinturas periódicas - Lote Cascavel	Medianeira – R\$42.127,90 Palmas – R\$ 56.872,66 Laranjeiras do Sul – R\$ 52.659,87 Palotina – R\$ 44.463,48	R\$ 204.321,00

Concluída a etapa de apresentação, o Excelentíssimo Presidente Célio Horst Waldruff, Coordenador dos Comitês Orçamentários, abriu espaço para esclarecimentos e houve manifestação, em sequência, das Excelentíssimas Juíza Auxiliar da Presidência, Angélica Cândido Nogara Slomp e Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos.

A Juíza Auxiliar da Presidência, Angélica Cândido Nogara Slomp solicitou esclarecimentos sobre os recursos destinados aos Programas, quanto a haver alocação orçamentária para os Programas Combate do Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem e Trabalho Seguro, e não haver previsão para os demais Programas a exemplo do [Programa de Enfrentamento ao Trabalho Escravo, ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante](#).

O Diretor-Geral (DG), Sandro Alencar Furtado, respondeu aos questionamentos informando que as ações próprias para os programas são definidas pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e que, nesse processo, também já pode ser definido orçamento próprio. No caso dos Programas Trabalho Infantil e Trabalho Seguro essa alocação vem sendo realizada há algum tempo.

Para os outros Programas, esclareceu que é possível alocar recursos de despesas discricionárias em geral do próprio Tribunal, mas que isso dependerá de revisão do orçamento.

Vilmar acrescentou, quanto aos demais Programas, que os recursos são aportados pelo CSJT para demandas específicas, mas que é uma decisão da Administração atender os demais Programas com recursos deste Tribunal.

Sandro exemplificou com as definições da Administração quanto aos recursos orçamentários para colegiados temáticos os quais, em 2025, tiveram recursos de R\$ 250.000,00 e que, para outros Programas ou demandas, pode ser analisado desde que sejam avaliadas as demandas programadas. Destacou que, para aumentar orçamento em uma área deve, em correspondência, haver redução em outra.

Ressaltou que, das despesas discricionárias, que somam aproximadamente R\$ 92.000.000,00, boa parte é praticamente obrigatória e não pode ser suprimida, como ocorre com as despesas de energia elétrica, internet, água e terceirizados, entre outros. São despesas essenciais, mas há uma margem em despesas que

podem sofrer redução sem que haja comprometimento do funcionamento do Tribunal.

Esclareceu que o orçamento é realizado de forma estimativa e que podem ocorrer sobras de licitações e que referidas sobras são utilizadas para atendimento das demandas que não foram contempladas no orçamento ou novas demandas definidas pela Administração.

A Desembargadora Nair Maria Lunardelli Ramos fez questionamentos sobre os valores aportados pelo CSJT, informados no OFÍCIO CIRCULAR CSJT.GP.SG.SEOFI N.º 41/2025, de 15 de setembro de 2025, no valor de R\$ 12.763.416,00, no que se refere ao exercício para a sua utilização e, ainda, sobre a destinação dos recursos e eventuais de sobras orçamentárias, se já teriam destinação fixada ou se o Tribunal poderia definir sua utilização.

O Diretor-Geral (DG) informou que o valor aportado, de R\$ 12.763.416,00, tem origem na ausência dos reajustes relativos ao ano de 2025, visto que recebemos reajustes apenas para as despesas obrigatórias.

Ressaltou que os contratos firmados por este Tribunal sofrem reajustes e que temos despesas continuadas, como é o caso da terceirização e que esse valor de R\$ 12.763.416,00 é basicamente para cobrir esses reajustes que não foram recebidos nos anos anteriores.

Acrescentou, quanto a utilização do orçamento para despesas obrigatórias, que tal definição é de competência do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A utilização de recursos para pagamento de benefícios, ou similares, pelo TRT9, somente poderia ser realizada com autorização do CSJT. A autonomia orçamentária do Regional é para dispêndios previamente definidos.

A Desembargadora Nair mencionou a utilização de outras fontes de recursos, em análise no Supremo, que decorrem de taxas e custas sendo cogitado que a parcela de 80% seja destinada ao Poder Judiciário.

Sandro informou que a utilização desses valores em despesas obrigatórias está sendo tratada no âmbito do Conselho.

Quanto às sobras, informou que valores não pagos no exercício podem ser inscritos em Restos a Pagar (RAPs) e pagos no exercício seguinte e que, se houver valores não executados, estes são devolvidos ao orçamento da União.

A servidora Yonara Yoko Pozollo lembrou que parte dos recursos adicionais aportados do CSJT são destinados à Assistência Jurídica Pessoas Carentes (AJPC) o que foi confirmado pelo Diretor-Geral (DG).

Concluídos os esclarecimentos, nada mais havendo, o Excelentíssimo Presidente Célio Horst Waldruff, Coordenador dos Comitês Orçamentários agradeceu as presenças de todos e deu por concluída a reunião.

Solução Proposta:

Tema expositivo. Sem deliberações.

Deliberação:

Tema expositivo. Sem deliberações.


CÉLIO HORST
WALDRAFF
22/10/2025
TRT9



Documento "Ata/Pauta - 17.10.2025 - 2ª Reunião ordinária do Comitê Orçamentário e de Finanças de Primeiro e de Segundo Grau - 2025", no sistema Vetor, processo "Comitê Orçamentário e de Finanças de Primeiro Grau (COFPG) (Nº 284516)". Para verificar a autenticidade desta cópia, informe o código 2025.ILRTQ.UTWSM no endereço eletrônico: https://www.trt9.jus.br/vetor/doc_assinado